

INTERDITADO ATÉ 20:01 EDT DE 2 DE JUNHO DE 2021 / 00:01 GMT DE 3 DE JUNHO DE 2021

Nova Análise Revela Riscos Potenciais de Investimentos Climáticos em Carbono Florestal na Ausência de Medidas de Segurança Eficazes e Direitos Comunitários

A vasta maioria dos países com florestas tropicais do mundo não conseguiu reconhecer os direitos ao carbono dos Povos Indígenas e comunidades florestais em seus territórios, o que ameaça minar as soluções climáticas baseadas na natureza.

WASHINGTON (3 de junho de 2021) - Uma nova análise realizada pela Iniciativa para os Direitos e Recursos (RRI) e acadêmicos da Universidade McGill mostra que a grande maioria dos países com florestas tropicais que buscam se beneficiar dos mercados internacionais de carbono florestal ainda devem definir por lei e praticar os direitos de carbono dos Povos Indígenas, comunidades locais e Povos Afrodescendentes em suas terras e territórios consuetudinários. Essa falta de direitos claros apresenta riscos substanciais tanto para as comunidades quanto para os investidores, criando incerteza sobre quem se beneficiará dos mercados de carbono, compensações e estratégias de redução de emissões.

Alain Frechette, Diretor de Análise Estratégica e Engajamento Global da RRI, disse: "Sem medidas de segurança legais adequadas, a crescente demanda por soluções baseadas na natureza corre o risco de incentivar a apropriação de terras e captação de carbono por estados e terceiros, mesmo quando os povos locais são os proprietários das terras e das florestas envolvidas. É fundamental que os legisladores e defensores do clima defendam os direitos dos povos das florestas como a base fundamental para ações climáticas eficazes, equitativas e sustentáveis baseadas na natureza. "

A análise considerou o status de reconhecimento legal dos direitos dos Povos Indígenas, comunidades locais e Povos Afrodescendentes ao carbono em suas terras e territórios em 31 países na África, Ásia e América Latina. Juntos, esses países possuem quase 70% das florestas tropicais do mundo, incluindo os cinco países com o maior número de florestas tropicais do planeta: Brasil, República Democrática do Congo, Indonésia, Peru e Colômbia.

Os 31 países são representativos de pelo menos 62% do potencial viável total para soluções climáticas naturais e a maioria das oportunidades de compensação de carbono.

Cada país foi avaliado em sua prontidão para o estabelecimento de mercados de carbono, o que permitiria a venda de créditos de carbono, unidades comercializáveis que foram medidas e contabilizadas sob um sistema de linha de base e de crédito e que governos e empresas podem comprar para cumprir com as suas obrigações de redução. Os resultados mostram que, no geral, poucos dos 31 países reconhecem explicitamente os direitos de carbono da

comunidade, e menos ainda testaram a viabilidade operacional e política das regras estabelecidas.

- Apenas 3 dos 31 países estudados reconhecem explicitamente os direitos de carbono das comunidades em terras de propriedade delas ou designadas para essas comunidades (Etiópia, Peru, República do Congo).
- Apenas 3 países (Brasil, Colômbia, Costa Rica) vinculam os direitos de carbono a vários tipos de propriedade das terras ou das florestas (incluindo terras que legalmente pertencem a Povos Indígenas, comunidades locais e Povos Afrodescendentes), estabelecendo sua propriedade de carbono sobre suas terras.
- Apenas 5 países (Costa Rica, Indonésia, México, Filipinas e Vietnã) têm mecanismos que definem como os benefícios de carbono e não carbono serão compartilhados conforme exigido pelas abordagens jurisdicionais de REDD+. Apenas um deles (Vietnã) foi verificado como parcialmente operacional.
- 19 dos 31 países têm mecanismos de feedback e reparação de reclamações para apoiar a participação em REDD+, proteger as comunidades e garantir transações justas e transparentes. Destes, apenas a Costa Rica e o México colocaram esses mecanismos em funcionamento.

Como alguns dos jogadores mais poderosos do mundo pretendem expandir rapidamente o mercado global de carbono, as soluções baseadas na natureza estão atraindo investimentos públicos e privados significativos. As compensações de carbono e os esquemas de redução e eliminação de emissões estão tomando forma por meio de iniciativas de mercado voluntárias, acordos de pagamento baseados em resultados e financiamento climático específico. Uma ambiciosa coalizão público-privada, LEAF, à qual se juntaram grandes empresas como a Amazon, Bayer, Nestlé e Unilever, definiu como meta inicial mobilizar pelo menos US\$ 1 bilhão em créditos jurisdicionais de REDD+ emitidos pela Arquitetura para transações de REDD+ (ART).

As terras tradicionais possuídas, geridas e administradas por Povos Indígenas e comunidades locais cobrem quase metade da área da Terra, e as taxas de desmatamento nessas terras foram registradas como mais baixas do que em terras administradas por outros atores. No entanto, a maioria delas ainda não foi legalmente reconhecida pelos governos. Mesmo quando os direitos à terra são legalmente reconhecidos, os direitos comunitários ao carbono e as reduções de emissões negociáveis permanecem incertos e vulneráveis à interpretação.

A análise descobriu ainda que, embora alguns países tenham estabelecido estruturas para regular as transações relacionadas ao carbono, a grande maioria as definiu apenas parcialmente ou inadequadamente, indicando que a maioria dos países avaliados não está preparada para se envolver em transações de carbono florestal.

"Há um risco real de que nem as pessoas nem o planeta se beneficiem das transações de carbono se a questão dos direitos do carbono não for resolvida", disse Sébastien Jodoin, co-autor e professor de pesquisa em Direitos Humanos, Saúde e Meio Ambiente da universidade canadense McGill. "Essas iniciativas são estabelecidas para financiar governos que não têm um bom histórico na gestão desses fundos ou no respeito aos direitos das comunidades da floresta."

Representantes de organizações de Povos Indígenas, de comunidades locais e de Povos Afrodescendentes observaram que a análise ressalta os riscos de expandir os mercados de carbono sem primeiro garantir seus direitos à terra.

“O compromisso de proteger as florestas e o clima em nível internacional é bem-vindo, mas não pode ser feito sem os Povos Indígenas que têm direitos históricos sobre metade das florestas tropicais do mundo”, disse Fany Kuiru Castro, um líder Indígena do povo Uitoto do clã Jitomagaro na Amazônia colombiana. “Protegemos a Amazônia e outros ecossistemas vitais por gerações e nossos direitos não podem mais ser ignorados”.

Os autores recomendam que, para serem eficazes, todas as soluções baseadas na natureza ligadas ao carbono florestal devem atender às seguintes pré-condições antes que qualquer transação ocorra:

1. Garantir que as terras consuetudinárias, as florestas e os direitos de carbono da comunidade sejam explícita e formalmente reconhecidos e protegidos por lei e em todos os programas jurisdicionais ou contratos de projetos.
2. Garantir o respeito a esses direitos e ao consentimento livre, prévio e informado; e estabelecer um mecanismo robusto e acessível de reparação de reclamações e feedback.
3. Estabelecer um mecanismo claro de repartição de benefícios que seja desenvolvido de forma transparente com as comunidades para compensar de forma justa os detentores de direitos de terras e florestas por suas contribuições para a mitigação de GHM, e que lhes permita optar por participar ou não do programa jurisdicional proposto.

A análise conclui que um investimento substancial no reconhecimento dos direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais à terra é um pré-requisito para a agenda climática global. No entanto, uma [pesquisa recente](#) da Rainforest Foundation Norway mostra que menos de 0,1% da assistência oficial ao desenvolvimento para mitigação e adaptação climática visa os direitos de posse de comunidades Indígenas e locais, apesar do crescente consenso científico de que esses direitos são uma solução climática altamente lucrativa.

“Um investimento substancial para conter o desmatamento e proteger a biodiversidade remanescente nunca foi tão urgente”, disse Jodoin. “Mas sem investimentos comparáveis para garantir os direitos da comunidade e ações climáticas consistentes, as soluções baseadas na natureza provavelmente não produzirão os impactos desejados. As abordagens baseadas em direitos oferecem a única forma tangível de atingir a magnitude necessária para cumprir a promessa de soluções baseadas na natureza para as mudanças climáticas”.